

A ATUAÇÃO DOS LAVRADORES NA BELICOSA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL: APONTAMENTOS PARA PESQUISA

Luciano Costa Gomes¹

Resumo: O último quartel do século XVIII testemunhou a ampla disseminação das propriedades agrícolas no Rio Grande de São Pedro, em meio à guerra de fronteira envolvendo forças luso e hispano-americanas. Neste trabalho abordaremos diferentes experiências vividas pelos agricultores nas suas relações com outros agentes sociais, em sua participação no conflito e nas suas lutas pelo acesso a terra, além de seu papel na conformação da instituição escravista regional. Dentre as fontes utilizadas, contamos com cartas de militares presentes na retomada de Rio Grande, de membros da Câmara e dos governadores, além de informações derivadas de outros documentos coevos. Pretendemos traçar um panorama dos recursos disponíveis aos lavradores e como foram eles utilizados no relacionamento com as autoridades lusas, os potentados locais e as antigas famílias de pecuaristas. Refletir-se-á, especialmente, sobre o papel exercido pelos funcionários reais enquanto mediadores entre os interesses da Coroa e as necessidades e posições adotadas pelos lavradores. Nesse sentido, o objetivo último deste trabalho é avaliar como tais agentes responderam às variadas demandas que enfrentavam e como foram, também, responsáveis pela produção e reprodução de uma sociedade ciosa de suas hierarquias. Apesar de as famílias dos agricultores virem-se frequentemente diante de situações trágicas, as quais dificultavam seriamente a sobrevivência, não podemos entendê-las simplesmente como vítimas passivas da fortuna.

Em nossa pesquisa sobre Porto Alegre, evidenciamos a importância do trabalho escravo na agricultura: em 1782, os escravos estavam presentes em mais da metade dos domicílios de lavradores e os cativos representavam quase metade dos adultos. Nesta comunidade de lavradores, ocorreu um processo de diferenciação social, no qual um grupo destacado de famílias de produtores possuía uma parcela significativa de terras, escravos e animais. Fica patente, nesse sentido, a expansão do capital comercial escravista na localidade. Ao mesmo tempo, notamos a tendência dos jovens em procurarem como cônjuges pessoas oriundas de famílias de riqueza semelhante a da própria. Havia, nesse sentido, uma distância que separava as famílias de lavradores mais enriquecidas das menos afortunadas. (Gomes, 2012, p. 148ss, 165ss; Gomes, 2014).

¹UFRGS, Doutorando em História. Agência financiadora: Capes. E-mail: prof.lucianocg@gmail.com

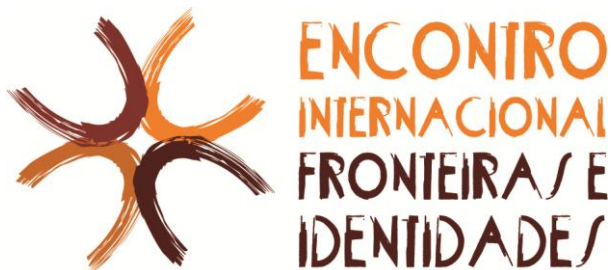


A redefinição da posição dos lavradores na estrutura econômica regional, iniciada com a pesquisa de Osório (2007) e em desenvolvimento em nosso trabalho, obriga-nos a repensar a relação destes grupos com as classes dominantes, bem como junto aos grupos em situação inferior a sua, quais sejam, jovens produtores sem-terra, peões e escravos. Por ora, interessa-nos repensar a relação dos lavradores para com o primeiro grupo em questão, que constituíam as elites econômicas e políticas do Rio Grande de São Pedro.

Ao considerar o perigo de instabilidade comercial e o papel político dos negociantes na América portuguesa², faremos a experiência de analisar as relações estabelecidas entre os comerciantes que foram vereadores que atuavam no Rio Grande de São Pedro e os lavradores de Porto Alegre por meio estudo dos laços de apadrinhamento e compadrio estabelecidos entre eles. O registro dos padrinhos de crianças presentes nos livros de batismos nos são caríssimas porque representam um dos poucos indícios da criação de laços pessoais envolvendo ampla gama de indivíduos pertencentes aos mais variados estratos sociais. Justamente por isso os registros de batismos serão úteis para avaliar a existência (ou não) de relações envolvendo os dois grupos sociais ora estudados.

Para o caso do Rio Grande do Sul, alguns historiadores já demonstraram a pertinência do uso da prática do compadrio para entender as relações entre os grupos de elite e os subalternos. Entre os açorianos que viviam na vila do Rio Grande, até 1763, os laços de compadrio estendiam-se não apenas a familiares consanguíneos, como a membros da elite local. Como demonstrou Martha Hameister (2006, p. 352), um dos mais procurados compadres foi um sargento-supra das ordenanças, responsável pela distribuição de terras entre os açorianos. Luis Augusto Farinatti (2010), por sua vez, demonstrou que, em Alegrete, no século XIX, havia uma congruência entre hierarquia econômica e hierarquia do compadrio, pois algumas dentre as famílias mais afortunadas encontradas em inventários estão entre as campeãs de batismos. Para o autor, isso se deve, em grande medida, à concentração de riqueza por parte da elite agrária, que obrigava os despossuídos a tentar criar uma aproximação pessoal para garantir o acesso ao uso da terra. Em algumas oportunidades, portanto, a prática do compadrio na capitania e depois província do Rio Grande esteve associada a vinculações

² Podemos citar como exemplo maior da instabilidade comercial no mundo português a desordem gerada pelo avanço holandês contra os domínios ultramarinos lusitanos ao longo do século XVII (Boxer, 2002, p. 120ss). Sobre as mudanças nas relações comerciais devido a mudanças na relação entre oferta e procura, um caso destacado é aquele da oferta massiva de cativos nas Minas Gerais, no século XVIII, para atender as demandas da produção aurífera, em detrimento dos mercados do litoral (Schwartz, 1988, p. 166ss).



de tipo clientelista.

Para definir o grupo dos lavradores, utilizamos uma metodologia que procurou delimitar os mais antigos proprietários de terra da freguesia, seus filhos e genros. Ao todo, contamos com 21 casais dos mais antigos lavradores (que denominamos de *lavradores povoadores*) e outros 42 casais formados por filhos ou filhas dos primeiros. Tal estratégia permitiu-nos tomar como unidade de estudo não as famílias nucleares, mas as famílias amplas, formadas pelo núcleo familiar original e as famílias dela descendentes³.

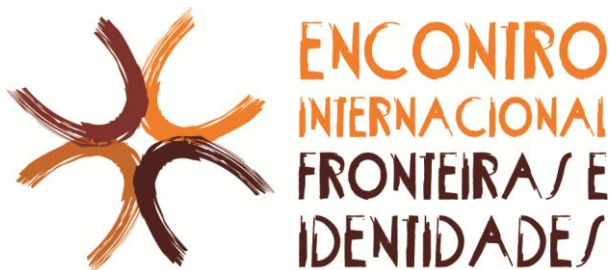
Estudam-se, assim, as relações não entre indivíduos, mas entre comerciantes e famílias formadas por duas gerações. Nossa referência são os casais mais antigos, em suas vinculações com comerciantes, quando estes apadrinham seus próprios filhos (vinculação direta) ou seus netos (vinculação indireta). Nossa documentação é composta por 525 registros de batismos de Porto Alegre relativos ao período entre 1780 a 1787, dos quais 138 envolviam as famílias de lavradores povoadores⁴. Para delimitar os padrinhos comerciantes-veredores, utilizamos a lista dos membros da Câmara de Porto Alegre, elaborada por Adriano Comissoli. Para identificar os comerciantes entre estes vereadores, utilizamos informações presentes na dissertação do referido autor e em fontes outras que dispomos (Comissoli, 2008, p. 70, 175ss; Gomes, 2012, p. 78ss).

Ao todo, ocorreram 20 eventos nos quais se constatou ligação entre comerciantes e as famílias de lavradores povoadores. Neles estão presentes 11 dos 21 lavradores povoadores, 13 famílias descendentes (os casais formados por filhos e filhas dos primeiros) e 8 comerciantes vereadores como padrinhos. Todas as crianças batizadas eram netas dos lavradores povoadores.

Apesar do pequeno número de comerciantes vereadores, eles foram escolhidos para criar laços espirituais por metade (11 de 21) das famílias amplas de lavradores povoadores. Este é, em nosso entender, um bom indicativo de que a proximidade entre produtores e negociantes poderia extrapolar as relações puramente formais. Suas relações devem ter começado pelo interesse da troca comercial: os comerciantes adiantavam produtos, fossem

³ O desenvolvimento desta metodologia é explicado em Gomes, 2012, p. 165ss. Os 63 casais representam cerca de 70% dos produtores listados na *Relação de moradores de 1784*, uma lista dos produtores rurais do período.

⁴ Esta delimitação se explica pelo fato de que a pesquisa ainda está em andamento e a coleta dos dados não ter, ainda, terminado. Utilizamos as transcrições dos livros de batismos disponíveis em NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (Org.). *Projeto Resgate de Fontes Paroquiais: Porto Alegre e Viamão (século XVIII) – Batismos e Óbitos*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. [CD-ROM]. Os livros de batismos estão depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA).



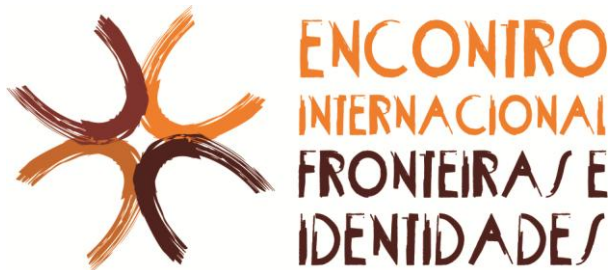
fazendas ou escravos, e recebiam posteriormente as parcelas do produto agrícola exportável, o trigo. Acompanhando as trocas vinham os contatos quotidianos, as conversas sobre o andamento da guerra, os temores da requisição de produtos ou sobre o tempo, uma variável fundamental tanto para aqueles que vivem da terra quanto os que vivem no mar. Havia o encontro nas missas realizadas na igreja e outros eventos religiosos tão comuns ao mundo português⁵. Não podem ser esquecidos os possíveis sentimentos de desconfiança mútua resultantes de qualquer alteração no andamento da negociação ou o de opressão, sentidos por aqueles submetidos a uma situação desfavorável ou injusta. Destes contatos quotidianos poderia nascer a liberdade para o convite para o apadrinhamento.

Vejam a distribuição das escolhas dos padrinhos. Dos oito padrinhos comerciantes, quatro foram escolhidos para participar de três ou quatro eventos. Um foi escolhido para dois eventos. Três, por fim, compareceram em apenas uma oportunidade. Algumas dessas famílias de lavradores escolheram duas ou mais vezes o mesmo padrinho ou escolheram, em oportunidades diferentes, mais de um padrinho comerciante. Três comerciantes, ao participarem de duas a quatro cerimônias, criaram vínculos com membros de três famílias diferentes. Portanto, havia comerciantes que se mostraram relativamente mais requisitados ou acessíveis para participarem do evento cristão junto a famílias de lavradores que outros.

Quando incluímos a variável de posse de escravos dos lavradores na análise, observaremos que desde os não possuidores de cativos até aqueles que podem ser enquadrados nos estratos de posse mais elevada encontram-se entre os compadres (ou pai de compadres) dos comerciantes vereadores. Portanto, o acesso ao compadrio não era necessariamente limitado pela riqueza dos pais e avós das crianças. Os comerciantes, deste modo, tornaram-se compadres tanto de produtores afortunados, como daqueles que podem ser considerados como legítimos camponeses, famílias dependentes do trabalho de seus membros para sobreviverem. As famílias que podemos qualificar de camponesas deveriam, também, estabelecer relações com o capital mercantil.

Entendemos que as relações criadas na pia batismal entre os dois grupos em questão – que são social, política e economicamente diferentes – são laços espirituais que se sobrepõem às vinculações comerciais anteriores, sobreposição esta que transforma o caráter

⁵ Uma síntese sobre a importância das festividades religiosas em Portugal e seu papel na socialização da comunidade encontra-se em SCOTT, 2012, p. 130ss.



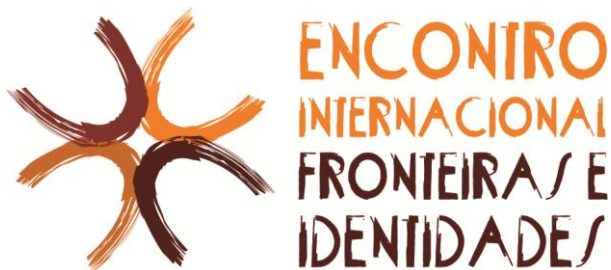
de ambas. Além disso, o compadrio pode ser entendido enquanto um ponto (e um ponto importante) numa trajetória de aproximação e de criação de laços de reciprocidade. Nesse sentido, o compadrio pode representar a sacralização e formalização de uma aliança pessoal e, utilizando o argumento de Karl Landé (1977), vir a servir enquanto um instrumento para complementar ou corrigir algumas das lacunas e falhas da instituição que uniu originalmente os agentes analisados, no caso, o mercado.

Ao considerarmos a fragilidade sob a qual se assentavam as relações comerciais, não é surpreendente encontrarmos a configuração de escolhas de padrinhos acima delineada. Em regiões onde os comerciantes não conseguiam criar um monopólio sobre os produtores, garantir maior estabilidade nos laços de trocas tornar-se-ia importante para se obter o sucesso nos empreendimentos. Para os produtores, a criação de um laço pessoal com um comerciante poderia garantir o acesso a certos produtos que pudessem escassear no mercado ou obter facilidades para saldar a dívida.

Nosso argumento torna-se mais claro ao atentarmos a distribuição dos eventos de acordo com a posse escrava dos lavradores. Apesar de os não possuidores de escravos somarem cinco dos onze chefes de família, estiveram presentes em apenas cinco dos vinte eventos. Isto é, representavam quase metade dos lavradores povoadores, mas participaram de um quarto dos eventos. Dos escravistas, com exceção de um, todos possuíam três ou mais escravos. O maior proprietário, senhor de 16 cativos, foi o lavrador mais presente nos batismos ora analisados, Alexandre da Costa Luís: seus filhos e filhas, genros e noras, escolheram padrinhos comerciantes em seis ocasiões. Os chefes de unidades de produção escravistas, portanto, tendiam a estar mais próximos, em termos materiais e espirituais, dos agentes do capital mercantil escravista.

Para avaliar com maior acuidade a aproximação entre as famílias de lavradores com os comerciantes, utilizamos um recorte diferente de análise. Procuramos pelos padrinhos comerciantes de filhos e netos dos lavradores com maior número de cativos para além do recorte temporal inicialmente estabelecido, nos livros de batismos de Porto Alegre e Viamão⁶. Apesar de não termos realizado uma pesquisa metódica, encontramos alguns dados significativos. Antônio Muniz Leite (proprietário de 10 cativos) e Manuel de Souza Barros

⁶ Antônio Muniz Leite e Manuel de Ávila de Souza pertencem ao grupo dos 21 lavradores povoadores, mas suas relações com comerciantes não ocorreram no período delimitado para a pesquisa (entre 1781 e 1787). Manuel Fernandes, por sua vez, provavelmente pertence à geração dos filhos dos lavradores povoadores.



(senhor de 11) tiveram por padrinhos de, respectivamente, filho e neto ninguém menos do que Manuel Bento da Rocha⁷. Manuel Bento ocupou o posto de capitão-mor de Ordenanças, foi provavelmente o comerciante de maior cabedal atuando no Rio Grande de São Pedro no período, proprietário de estância envolvido com a produção pecuária e chefe do bando que dominava o funcionamento da própria câmara de vereança⁸.

O casal formado por um filho de Manuel de Ávila de Souza, um dos lavradores povoadores, proprietário de 13 cativos e de um terreno de meia légua, e uma filha do já referido Antônio Muniz Leite, teve por padrinhos de seus filhos José Guedes Luis (convidado pelo menos duas vezes) e José Estácio Brandão. Outro dos filhos de Manuel tornou-se compadre do comerciante Manuel José Pereira Cardinal. Manuel de Ávila – cuja família conseguiu adentrar, em nosso entender, ao grupo mais amplo da elite regional – foi o único dos lavradores da freguesia que teve um de seus netos batizados pelo governador Sebastião Xavier Cabral da Câmara.⁹

O lavrador Manuel Fernandes e sua esposa Vitória da Conceição (proprietários de 14 cativos e de três datas de terras), por sua vez, escolheram como compadre Antônio Pimenta de Sampaio, comerciante e proprietário de estância em Triunfo (Comissoli, 2008, p. 70). Antônio foi escolhido três vezes como compadre por Manuel Fernandes, indicando a intensidade da relação estabelecida entre os dois. Além disso, a escolha foi repetida pelo seu genro e filha, que também tomaram Antônio Pimenta como compadre¹⁰. Portanto, o valioso vínculo foi perpetuado de uma geração para a outra, tornando-se uma herança imaterial.

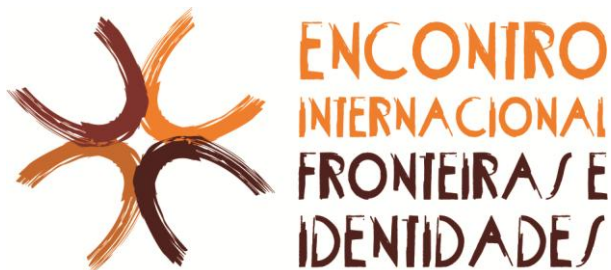
De modo geral, os comerciantes eram sujeitos acessíveis ao compadrio junto lavradores. No entanto, é perceptível que o mais comum era o estabelecimento de relações espirituais entre comerciantes e as famílias de lavradores mais destacados. O apadrinhamento e compadrio impunham compromissos, incluindo a responsabilidade do padrinho pelo bem-estar físico e espiritual do afilhado, bem como o apoio mútuo entre compadres. O ambiente de tensão criado durante a guerra, com prováveis tentativas de execução de lavradores por parte

⁷ Registro do nascimento de João, de 26.12.1764 (2º Livro de batismos de Viamão, fl. 42. AHCMPA) e Joaquim, de 2.3.1778 (1º Livro de batismos de Porto Alegre, fl. 33 verso. AHCMPA).

⁸ Sobre Manuel Bento da Rocha, ver Kühn, 2006, p. 250ss; Comissoli, 2008, p. 86ss.

⁹ Respectivamente, registros de: Januário, de 4.10.1777 (1º Livro de batismos de Porto Alegre, fl. 31 verso. AHCMPA), Teresa, de 12.5.1776 (1º LbPA, fl. 21), e João, de 19.6.1788 (1º LbPA, fl. 148v); Genoveva, de 5.7.1780 (1º LbPA, fl. 57); Sebastião, de 7.8.1774 (LbPA, fl. 9)

¹⁰ Respectivamente, registros de José, de 20.10.1778; de Ana, de 13.10.1781; de Maurício, de 7.7.1783; e de Delfina, de 18.1.1784 (1º Livro de batismos de Porto Alegre, fls. 41 verso, 71, 89v, 97. AHCMPA). Sobre a trajetória de Manuel de Ávila, ver Gomes, 2012, p. 133s, 169s.



de comerciantes, deve indicar um razoável afastamento entre ambos os grupos¹¹. Nesse sentido, para os pequenos produtores, poderia haver não apenas algum nível de antipatia, como o risco de se incorrer no embaraço de ficar em dívida para com um compadre, situação provavelmente reprovável em um lugar onde a instituição do compadrio era tão respeitada¹². Ao mesmo tempo, para um comerciante, estreitar demasiadamente os laços com lavradores pouco capitalizados poderia aumentar as chances de se ver obrigado a agir com tolerância junto a compadres com as contas irregulares.

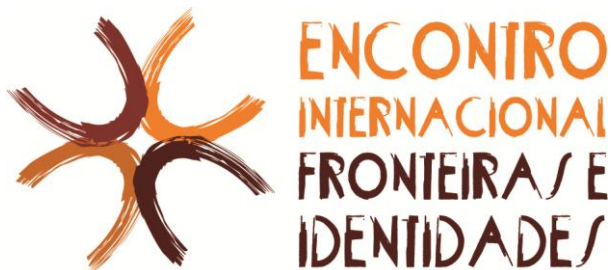
Por outro lado, o custo da criação de alianças pessoais espirituais tornar-se-ia significativamente menores quanto mais aquinhoadas fossem as famílias de lavradores. O possível *background* da relação entre estes agentes – a compra de alguns cativos por parte do produtor e a quitação da dívida correspondente – aumentaria a confiança por parte do comerciante para enredar-se em uma teia sagrada que obrigava a reciprocidade e o cuidado mais que parental. Da parte das famílias de produtores, a relação especial com comerciantes poderia garantir o acesso a certos produtos (como escravos) com algum nível de privilégio, traduzido na facilitação do pagamento da dívida, na obtenção dos bens em tempos de instabilidade comercial ou na oferta de empréstimos. Há indícios, portanto, de que o surgimento das unidades de produção agrícola escravistas (ou onde, no mínimo, predominava o trabalho escravo) teve como um dos instrumentos de sua constituição a criação de vínculos espirituais verticais, de clientela, que uniram comerciantes e algumas poucas famílias de lavradores.

É preciso lembrar que estes comerciantes não apenas vendiam fazendas e escravos ou arrematavam contratos reais, mas também eram responsáveis pela governança local. Dentre os comerciantes referidos, todos foram membros da câmara municipal e alguns deles, como Antônio José Martins Bastos, Antônio Rodrigues Guimarães e Manuel Bento da Rocha foram capitães e, o último, capitão-mor de Ordenanças. Faziam parte, portanto, não apenas do topo da elite econômica, como também do topo da elite política regional.

Alguns membros da elite, portanto, tinham sua autoridade temporal – conferida pela participação na câmara ou posse de cargo de ordenança – transformada e reforçada ao se

¹¹ Esta informação encontra-se em: Carta do governador do Rio Grande, José Marcelino de Figueiredo, ao vice-rei, de 20 de abril de 1780. Códice 104, vol. 2, fl. 96. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

¹² Na comunidade mexicana de Tzintzuntzan, tanto é mal visto o compadre que não empresta quanto o que não paga o que deve. Ver Mintz, Wolf, 1950, p. 356.



tornarem pais espirituais de filho e netos dos produtores locais. Os laços espirituais não apenas eram superiores, por serem sagrados e eternos, como não contradiziam as hierarquias estabelecidas (Gudeman, 1975). Ao mesmo tempo, os lavradores, especialmente os mais afortunados dentre eles, tinham compadres seus atuando na câmara e garantindo a ordem social. Esta relação espiritual, seguramente, garantia um recurso simbólico importante na relação destes produtores com seus dependentes, fossem agregados ou escravos.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.133ss.

COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre, Câmara Municipal de Porto Alegre/ Editora da UFRGS, 2008;

FARINATTI, Luis Augusto. Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na Fronteira Meridional do Brasil (1816-1845). In: ANPUH-RS. *Anais do X Encontro Estadual de História*. Santa Maria: UFSM, UNIFRA, 2010, p. 1-18.

GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2002. Dissertação de mestrado.

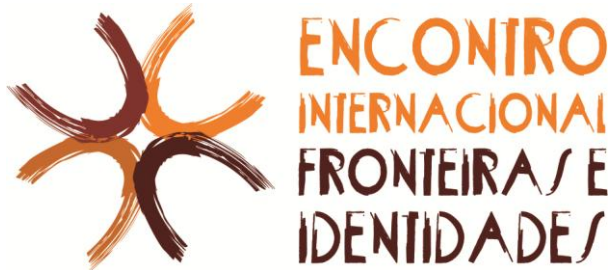
GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012.

GOMES, Luciano. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. In: *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, vol. 3, n. 10, 2014, p. 89-110.

GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationships and Selecting a Godparent. In: *Man*, New Series, Vol. 10, No. 2, Jun., 1975, pp. 221-237.

HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006. Tese de doutorado.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa*



– *século XVIII*. Niterói: PPGH – UFF, 2006. Tese de doutorado.

KÜHN, F. Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780).

KÜHN; COMISSOLI. Administração na América portuguesa: expansão das fronteiras meridionais do Império. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 169, jul.-dez., 2013, p. 53-81.

LANDÉ, Carl. “A base diádica do clientelismo”. In: SCHMIDT, S. W. (Eds.) *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p. 13-37 (versão traduzida e datilografada em português).

MINTZ, Sidney; WOLF, Eric. An Analysis of ritual co-parenthood (Compadrazgo). In: *Southwestern Journal of Anthropology*, Vol. 6, No. 4 (Winter, 1950), pp. 341-368.

OSÓRIO, H. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

SCOTT, Ana Silvia. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2012